



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024

PROCESSO Nº 110/2024

SECRETARIA DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE CERQUEIRA CÉSAR, mediante a Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de levantamentos, estudos, diagnósticos, prognósticos, proposições, cenários, soluções públicas que componham embasamento técnico para elaboração do Plano Diretor de Cerqueira César, conforme Termo de Referência.

DIA/HORÁRIOS:

INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS 29/07/2024 AS 08H00

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 12/08/2024 AS 13H59

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 12/08/2024 AS 14H00

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 12/08/2024 AS 14H01

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.novobmnet.com.br ou

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Prefeitura de Cerqueira César

Endereço: Rua Olimpio Pavan nº 290 – Cerqueira César/SP

E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br.

Fone/fax: (014) 3714-7200 ramal 2022

LOCAL: - www.novobmnet.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO: 110/2024

Pregão nº 066/2024

1. - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 – A Prefeitura Municipal de Cerqueira César através da Secretaria de Governo e Administração e este Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço www.novobbmnet.com.br

2. - DO OBJETO:

2.1 – Contratação de empresa especializada para realização de levantamentos, estudos, diagnósticos, prognósticos, proposições, cenários, soluções públicas que componham embasamento técnico para elaboração do Plano Diretor de Cerqueira César, conforme Termo de Referência.

2.2 – Os serviços prestados deverão atender as exigências do Termo de Referência, bem como atender também as exigências no que diz respeito

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas nas seguintes dotações orçamentárias:

02.02.01 – Serviços Administrativos Gerais

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

4. - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

4.1 – Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do segundo dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

5. – DA IMPUGNAÇÃO:

5.1 - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, dirigindo a impugnação por escrito ao seguinte endereço: Prefeitura de Cerqueira César

Endereço: Rua Olimpio Pavan nº 290 – Cerqueira César/SP

E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br.

Fone/fax: (014) 3714-7200 ramal 2022

5.2 – Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até dois dias úteis que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.



6. - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.
- 6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 6.3. tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.4. Não poderão disputar esta licitação:
 - 6.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 6.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 6.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 6.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 6.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 6.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 6.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 6.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 6.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 6.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.5. O impedimento de que trata o item 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 6.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

6.8. O disposto nos itens 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.10. A vedação de que trata o item 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1 - coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.2 - responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.1.3 - abrir as propostas de preços;

7.1.4 - analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.5 - desclassificar propostas indicando os motivos;

7.1.6 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.1.7 - verificar a habilitação do proponente;

7.1.8 - declarar o vencedor;

7.1.9 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.1.10 - elaborar a ata da sessão;

7.1.11 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8 - DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:

8.1 – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

8.2 – As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

8.2.1 – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.

9 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

cumprir plenamente os requisitos de habilitação;

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

10. - DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

10.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu **“Sala de Disputa”**, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa **“Aberto para receber propostas”**.

10.1.1 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

10.1.2 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

10.1.3 O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

10.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

10.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.11 Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

10.12 Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13 Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

10.13.1 O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

11. - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,

11.3 Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

11.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

11.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

11.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9.1 O modo de disputa será **“ABERTO E FECHADO”**, com duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances de até dez minutos, sendo o tempo aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. A partir de então, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, podendo o licitante optar por manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições acima definidas, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo. Após o término do prazo estabelecido, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.9.2 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.10 Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.

11.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.15 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.15.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.15.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.15.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.15.4 Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.15.5 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

11.15.5.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.15.5.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.15.5.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.15.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

11.15.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.15.6.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.15.6.2 empresas brasileiras;

11.15.6.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.15.6.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.16.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.17 Será desclassificada a proposta que:

11.17.1 contiver vícios insanáveis;

11.17.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.17.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.17.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.17.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.18 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.18.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.18.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.18.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.19 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.20 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.20.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.21 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.21.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.21.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.21.3 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.21.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12. - DA HABILITAÇÃO:

Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 04 (quatro) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.

12.1 Habilitação Jurídica

12.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

12.1.2. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

12.2. Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

12.2.1. CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda.

12.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

12.2.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social.

12.2.4. Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal;

12.2.5. FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.2.6. CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

12.3. Qualificação Econômico-Financeira

12.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12.4. Declarações complementares de apresentação obrigatória:

12.4.1. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.

12.4.2. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

12.4.3. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

12.4.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

12.5.1. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

12.6. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

12.10. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

12.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

12.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Apresentação em nome da licitante, e de seu(s) responsável(veis) de atestado(s) registrado(s) no CREA ou CAU comprovando a elaboração de Plano Diretor Urbano, em conformidade com a Lei do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Certidão de Registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CRE ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU;

14– DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

14.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

14.3.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 30 minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades

I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou

II. o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

II. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou II. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim. III. ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

16. - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 - Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2 - Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

16.3 - A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17. - DA CONTRATAÇÃO:

17.1 - A empresa deverá encaminhar os contratos assinados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após seu recebimento por e-mail.

17.1.1 - decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, e não tendo a empresa vencedora enviado o contrato, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades no edital.

17.2 - Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou da não assinatura do contrato ou retirada do empenho, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, serão aplicadas as penalidades previstas no edital, com a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecida às exigências de habilitação.

17.2.1 - O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com o Contratante, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

17.3 - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.



18. DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

18.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contratada, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

18.2. O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do **IGP-M/FGV** (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

No caso de extinção ou substituição do índice IGP-M, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

19. - DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.

19.9 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

19.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cerqueiracesar.sp.gov.br.

19.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

19.12.1 ANEXO I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar

19.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

19.12.3 ANEXO III – Termo de Ciência e Notificação

19.12.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial

Cerqueira César, 25 de junho de 2024.

JORGE APARECIDO LOPES
SECRETÁRIO DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO I

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR – SECRETARIA DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº. 027/2024 – SECRETARIA DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELABORAÇÃO: 29/05/2024

Observações Iniciais:

Conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência/projeto básico/plano de trabalho, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais/equipamentos/serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

1- DESCRIÇÃO DO OBJETO:

contratação de empresa para realização de levantamentos, estudos, diagnósticos, prognósticos, proposições, cenários, soluções públicas que componham embasamento técnico para elaboração do Plano Diretor de Cerqueira César.

2- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

A referida contratação trata-se de Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Serviços Administrativos Gerais.

3- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

É necessário a contratação devido regulamentação da Lei Federal nº 12.587/2012, em seu artigo 1º, refere que a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), é o instrumento da política de desenvolvimento urbano, objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município. Conforme previsto no §1º do artigo 24 da referida Lei, ficam obrigados a elaborar e aprovar Plano de Mobilidade Urbana os Municípios: I - com população superior a 20.000 (vinte mil) habitantes; II - integrantes de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a 1.000.000 (um milhão) de habitantes; III - integrantes de áreas de interesse turístico, incluídas cidades litorâneas que têm sua dinâmica de mobilidade normalmente alterada nos finais de semana, feriados e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

períodos de férias, em função do aporte de turistas, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.

A Elaboração do Plano Diretor de Cerqueira Cesar é de extrema necessidade, considerando-se o estipulado pelo Estatuto da Cidade.

Desta forma, a Prefeitura Municipal de Cerqueira Cesar pretende elaborar os instrumentos da política de desenvolvimento urbano do município para estruturar melhor os espaços urbanos, garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, proporcionar vitalidade e segurança urbana, preservar os recursos naturais e dar condições de um desenvolvimento urbano que propicie o desenvolvimento humano com trabalho, moradia, produção e serviços sustentáveis para melhorar a qualidade de vida a todos os habitantes.

O processo de elaboração do plano será conduzido com a participação de diversos setores da sociedade civil, o que garante que o produto final represente um instrumento pactuado com a população, para o desenvolvimento saudável da cidade.

É importante que o conjunto de leis urbanísticas reforce a identidade única da cidade, ao mesmo tempo que condicione sua articulação regional, de forma a desenvolver seu potencial econômico, social e cultural.

4- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, tendo em vista este instrumento ainda estar sendo elaborado pela Administração Pública.

5- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Habilitação Jurídica

Registro Comercial, no caso de empresa individual

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em Vigor (Consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Regularidade perante a Fazenda Federal;

Regularidade perante a Fazenda Estadual;

Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

Habilitação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Apresentação em nome da licitante, e de seu(s) responsável(veis) de atestado(s) registrado(s) no CREA ou CAU comprovando a elaboração de Plano Diretor Urbano, em conformidade com a Lei do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Certidão de Registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CRE ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU;

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Os orçamentos deverão ser realizados pelo Departamento de Compras, obedecendo os critérios estabelecidos na Nova Lei de Licitações.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

O contrato terá vigência e execução de 06 (seis) meses, sendo que nesse período a empresa deverá efetuar a entrega de todo o projeto, conforme termo de referência.

8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da contratação será de acordo com os orçamentos realizados pelo Departamento de Compras.

9- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Diretor Urbano e de seus instrumentos complementares têm como objetivo definir a política municipal de desenvolvimento e ordenamento territorial, de acordo com o que preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Este conjunto de leis municipais devem ter a função de garantir o direito à cidade sustentável por todos os habitantes, promover a gestão democrática através da constante participação da sociedade civil, viabilizar acordos entre todos os setores da sociedade para atender o interesse social, corrigir e evitar desigualdades e desequilíbrios sociais, ambientais e territoriais, ofertar equipamentos e serviços públicos em quantidade e qualidade satisfatórios e regular e controlar o uso do solo urbano e rural, garantindo o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

10- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por ser somente um item, o critério de julgamento da licitação vai ser por menor preço global.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

12- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

As despesas deverão ser empenhadas na Ficha Orçamentária 18 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

13- RESULTADOS PRETENDIDOS:

Pretende-se assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o município. Almeja-se assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexecutable e superfaturamento na execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

14- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

O fiscal do contrato será o Sr. Jorge Aparecido Lopes, Secretário de Governo e Administração e solicitante do processo, o qual contará com o auxílio dos seguintes funcionários que acompanharão todo o processo:

Marcelo Rodrigues Negrão – Secretaria de Meio Ambiente

Roggero da Silva Bolda Sbalchiero Rizzato – Procuradoria Jurídica

Luiz Fernando Aparecido Ribeiro – Engenheiro Civil

15- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

16- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Diante do exposto acima, declaro para os devidos fins que a contratação é viável, por atender os requisitos da lei, tanto na habilitação jurídica como orçamentária

Cerqueira César, 29 de maio de 2024.

JORGE APARECIDO LOPES
SECRETÁRIO DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a realização de levantamentos, estudos, diagnósticos, prognósticos, proposições, cenários, soluções e discussões públicas que componham embasamento técnico para a Elaboração do Plano Diretor Urbano de Cerqueira Cesar e de seus instrumentos legais de efetivação, quais sejam: Lei Orgânica do Município, Código de Posturas Lei 1530/2007 , Regularização Fundiária Urbana - Reurb, prevista no Título III, da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e no Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, além de base técnica para elaboração de regulamentação de todos previstos no Estatuto da Cidade, quais sejam:

I. Instrumentos de planejamento:

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) Lei de Orçamento Anual;
- d) Lei de Uso e Ocupação do Solo da Macrozona Urbana;
- e) Lei de Parcelamento do Solo da Macrozona Urbana;
- f) Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo da Macrozona de Proteção Ambiental;
- g) Planos de desenvolvimento econômico e social;
- h) Planos, programas e projetos setoriais;
- i) Programas e projetos especiais de urbanização;
- j) Instituição de unidades de conservação;
- k) Zoneamento Ambiental.

II. Instrumentos jurídicos e urbanísticos:

- a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
- b) IPTU Progressivo no Tempo;
- c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) Zonas Especiais de interesse social;
- e) Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- f) Transferência do Direito de Construir;
- g) Operações Urbanas Consorciadas;
- h) Consórcio Imobiliário;
- i) Direito de Preferência;
- j) Direito de Superfície;
- k) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);
- l) Licenciamento Ambiental;
- m) Tombamento;
- n) Desapropriação;
- o) Compensação ambiental.

III. Instrumentos de regularização fundiária:

- a) Concessão de direito real de uso;
- b) Concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião.

IV. Instrumentos tributários e financeiros:

- a) Tributos municipais diversos;
- b) Taxas e tarifas públicas específicas;
- c) Contribuição de Melhoria;
- d) Incentivos e benefícios fiscais;

V. Instrumentos jurídico-administrativos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

- a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;
- b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
- c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
- e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- f) Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta;
- g) Dação de imóveis em pagamento da dívida

VI. Instrumentos de democratização da gestão urbana:

- a) Conselhos municipais;
- b) Fundos municipais;
- c) Gestão orçamentária participativa;
- d) Audiências e consultas públicas;
- e) Conferências municipais;
- f) Iniciativa popular de projetos de lei;
- g) Referendo Popular e Plebiscito;

A execução dos serviços previstos se dará através da contratação de serviços técnicos especializados.

2. OBJETIVO

A elaboração do Plano Diretor Urbano e de seus instrumentos complementares têm como objetivo definir a política municipal de desenvolvimento e ordenamento territorial, de acordo com o que preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Este conjunto de leis municipais devem ter a função de garantir o direito à cidade sustentável por todos os habitantes, promover a gestão democrática através da constante participação da sociedade civil, viabilizar acordos entre todos os setores da sociedade para atender o interesse social, corrigir e evitar desigualdades e desequilíbrios sociais, ambientais e territoriais, ofertar equipamentos e serviços públicos em quantidade e qualidade satisfatórios e regular e controlar o uso do solo urbano e rural, garantindo o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

3. JUSTIFICATIVA

A Elaboração do Plano Diretor de Cerqueira Cesar é de extrema necessidade, considerando-se o estipulado pelo Estatuto da Cidade.

Desta forma, a Prefeitura Municipal de Cerqueira Cesar pretende elaborar os instrumentos da política de desenvolvimento urbano do município para estruturar melhor os espaços urbanos, garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, proporcionar vitalidade e segurança urbana, preservar os recursos naturais e dar condições de um desenvolvimento urbano que propicie o desenvolvimento humano com trabalho, moradia, produção e serviços sustentáveis para melhorar a qualidade de vida a todos os habitantes.

O processo de elaboração do plano será conduzido com a participação de diversos setores da sociedade civil, o que garante que o produto final represente um instrumento pactuado com a população, para o desenvolvimento saudável da cidade.

É importante que o conjunto de leis urbanísticas reforce a identidade única da cidade, ao mesmo tempo que condicione sua articulação regional, de forma a desenvolver seu potencial econômico, social e cultural.



4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços que irão compor a presente contratação estão a seguir descritos:

4.1. Elaboração de Plano de Trabalho e Levantamento de Dados

4.1.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar o detalhamento do plano de trabalho e cronograma de execução dos serviços, com duração e datas que deverão conter todas as etapas a serem desenvolvidas e equipe responsável e deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal;

4.1.2. Formação do Comitê Gestor com participação da sociedade civil, prefeitura, empresa contratada e outros, que fará acompanhamento mensal do trabalho desenvolvido;

4.1.3. Levantamento e avaliação da legislação urbanística atual, legislações pertinentes, planos setoriais, mapas e demais elementos relevantes de interesse com análise crítica que vise a elaboração do plano e ainda a caracterização dos equipamentos públicos e de infraestrutura existente no município;

4.1.4. Definição da Estratégia de Comunicação e canais de participação. No mínimo, deverá ser criada página de acesso em rede social de grande alcance para alimentação ao menos uma vez na semana - com notícias do andamento da Elaboração do Plano Diretor, informações sobre Cerqueira Cesar ou artigos técnicos relacionados aos temas discutidos no processo - e página vinculada ao site da Prefeitura de Cerqueira Cesar para disponibilização de todo o material produzido. Ao menos uma vez por mês deverá ser publicada matéria em Jornal local informando o andamento da Elaboração e divulgando as reuniões públicas. As reuniões públicas, por sua vez, deverão ser divulgadas através de folder disponibilizado em todos os meios citados, de folders impressos dispostos em locais de grande movimentação, de carro de som e de ofícios para autoridades. As cartilhas de apoio técnico às reuniões públicas deverão ser disponibilizadas nos meios eletrônico e impresso para acompanhamento das reuniões.

Produto a entregar - Relatório R1 - Plano de Trabalho e atividades desenvolvidas, contendo a base de dados coletados e analisados e a estratégia de comunicação a ser implementada, incluindo atas e fotografias de todas as reuniões, divulgação produzida e cartilha de apoio.

4.2. Mobilização e engajamento da sociedade civil

4.2.1. Identificação dos segmentos da sociedade civil;

4.2.2. Ciclo de palestras e debates públicos - ao menos três – formação de repertório, preparação e mobilização da sociedade para a participação e discussão do projeto de cidade. A CONTRATADA, junto à Prefeitura, definirá temas a serem discutidos e em que locais serão realizadas (bairros, segmentos da sociedade, etc);

4.2.3. Pesquisas preliminares e questionários aplicados em pontos estratégicos – expectativas da população;

4.2.4. Elaboração de material de apoio;

4.2.5. Comunicação e divulgação.

Produto a entregar -: Relatório R2 - atividades desenvolvidas contendo todos os documentos produzidos.

4.3. Leitura Técnica – e Leitura Comunitária

4.3.1. Leitura Técnica

4.3.1.1 Em complemento aos dados levantados e vistorias de reconhecimento territorial a serem realizadas pela CONTRATADA deverá ser elaborado um Diagnóstico do município, apontando as potencialidades e deficiências nos seus aspectos urbanísticos e de infraestrutura, culturais, socioeconômicos e ambientais;

4.3.1.2 Deverá incluir a preparação da base técnica e síntese dos dados – mapas, imagens, planilhas, gráficos;

4.3.1.3 A leitura técnica deverá identificar as possíveis diversidades, desigualdades entre os diversos bairros do município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

4.3.1.4 Identificar e relacionar terras disponíveis para habitação e possibilidade de acessos a ela;

4.3.1.5 Identificar e relacionar áreas de vulnerabilidade e preservação ambiental e cultural;

4.3.1.6 Documentos de apoio.

Produto a entregar -: Relatório R3 - Leitura Técnica e base de dados, contendo todos os documentos produzidos.

4.3.2 Leitura Comunitária

4.3.2.1 Realização de oficinas participativas com a sociedade civil:

4.3.2.2 Levantamento e mapeamento de problemas e oportunidades (o olhar do cidadão sobre o município);

4.3.2.3 Apresentação e debates sobre os dados da Leitura Técnica;

4.3.3 Análise e sistematização dos dados – síntese da leitura comunitária;

4.3.4 Compatibilização da Leitura Comunitária com a Leitura Técnica.

Produto a entregar - Relatório R4 - Leitura comunitária, com todos os documentos produzidos, e compatibilização com a Leitura Técnica.

4.4 Proposta Preliminar de Plano Diretor

4.4.2 Análise e identificação das tendências de desenvolvimento local e regional;

4.4.3 Elaboração de projeções demográficas de forma a subsidiar a elaboração de programas e projetos;

4.4.4 Mapeamento de conflitos possíveis;

4.4.5 Proposição de cenários e diretrizes gerais para pactuação;

4.4.6 Proposição de soluções possíveis para os problemas e oportunidades levantados nas Leituras Técnica e Comunitária (instrumentos, modelos, parâmetros e normas);

4.4.7 Proposta de Plano Diretor: diretrizes para embasar a redação, de responsabilidade da contratante, da Minuta do Projeto de Lei , que deverá apresentar o conteúdo descrito no item 5 deste Termo de Referência.

Produto a entregar - Relatório R5 - Atividades desenvolvidas e documentos produzidos, inclusive todas as diretrizes que pautarão a redação Projeto de Lei, sendo a redação do Projeto de responsabilidade da contratante.

4.5 Reuniões Públicas de Pactuação da Proposta de Plano Diretor

4.5.2 Disponibilização da Proposta de Plano Diretor para consulta pública e definição de prazos para sugestões;

4.5.3 Reuniões preparatórias entre Prefeitura e empresa contratada e divulgação das Reuniões;

4.5.4 Reuniões públicas setoriais para apresentação da Proposta de Plano Diretor;

4.5.5 Pactuação de princípios e diretrizes;

4.5.6 Pactuação das soluções possíveis (instrumentos, modelos, parâmetros e normas);

4.5.7 Levantamento de pontos de conflito, ajustes e rearranjos necessários.

Produto a entregar - 6ª medição de serviços: Relatório R6 - Atividades com todos os documentos produzidos e síntese das contribuições da sociedade civil.

4.6 Proposta Consolidada do Plano Diretor e Audiência Pública

4.6.2 Consolidação da Proposta de Plano Diretor e Leis Complementares listadas no item 1 do presente Termo de Referência;

4.6.3 Disponibilização do material para consulta pública;

4.6.4 Audiência Pública como forma de divulgação e democratização do acesso ao processo;

4.6.5 Envio do Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Produto a entregar - 7ª medição de serviços: Relatório R7 – roteiro de diretrizes para a redação do Projeto de Lei e todos os documentos produzidos.



5 CONTEÚDO DO PLANO DIRETOR

- 5.3 O Plano Diretor Urbano de Cerqueira Cesar deverá contemplar o desenvolvimento Urbano e Rural em todas as suas etapas e temáticas;
- 5.4 O Projeto de Lei de Elaboração do Plano Diretor deverá conter, no mínimo, todas as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e o seguinte:
- 5.4.2 Definição de conceitos;
- 5.4.3 Princípios, diretrizes e objetivos;
- 5.4.4 Normativas de estruturação e ordenação territorial; estratégias para garantir o desenvolvimento equilibrado nas dimensões: social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural; diretrizes para o desenvolvimento inteligente, otimizando recursos e infraestrutura;
- 5.4.5 Elaboração de diretrizes para Políticas Públicas temáticas:
- 5.4.5.1 Desenvolvimento Sustentável Urbano;
- 5.4.5.2 Turismo;
- 5.4.5.3 Desenvolvimento Agrícola, Agroindustrial e Tecnológico;
- 5.4.5.4 Mobilidade;
- 5.4.5.5 Meio Ambiente e Áreas Verdes;
- 5.4.5.6 Saneamento, Sistema de Infraestrutura e Equipamentos Públicos Urbanos;
- 5.4.5.7 Desenvolvimento Social e Equipamentos Públicos Comunitários, quais sejam: equipamentos de saúde, de educação, de segurança, de esporte, entre outros;
- 5.4.5.8 Habitação;
- 5.4.5.9 Identificação e proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico;
- 5.4.5.10 Integração Regional;
- 5.4.6 Diretrizes e estratégias de Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e da Paisagem Urbana e normas para Edificações, com o objetivo de orientar a Revisão das Leis de Parcelamento do Solo, Código de Obras, e de promover, entre outros temas, a Regularização Fundiária de parcelamentos irregulares e a regulamentação para Condomínios;
- 5.4.7 Diretrizes e estratégias para orientar a revisão do Código de Posturas (Lei nº 1530/2007);
- 5.4.8 O desenvolvimento do tema Meio Ambiente e Áreas Verdes deverá conter, entre outras, diretrizes e estratégias para orientar a Elaboração da Lei do Meio Ambiente ;
- 5.4.9 Definição e estratégias de desenvolvimento de áreas consolidadas e de áreas de expansão, inclusive elaboração de regras específicas para ampliação do perímetro urbano;
- 5.4.10 Diretrizes para revisão do sistema cadastral atual no cadastro, inclusive com revisão da definição de nomes de bairros e ruas/estradas;
- 5.4.11 Diretrizes e estratégias para garantir que todo o território municipal cumpra sua função social;
- 5.4.12 Mecanismos e estratégias de aplicação de instrumentos urbanísticos para viabilizar o desenvolvimento estrutural do município;
- 5.4.13 Mapas e descrições de áreas locadas no território geometricamente dos objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação de instrumentos:
- 5.4.13.1 Macrozonas e Macroáreas;
- 5.4.13.2 Áreas e Setores;
- 5.4.13.3 Zona Urbana;
- 5.4.13.4 Todas as localizações das propostas desenvolvidas ao longo do processo de elaboração
- 5.4.14 Lista de anexos, que deverão ser referenciados nos artigos da Lei;
- 5.4.15 Diretrizes para a gestão democrática do desenvolvimento da cidade e para o planejamento urbano;
- 5.4.16 Diretrizes para monitoramento, controle social, disponibilização de informações e avaliação do Plano Diretor;
- 5.4.17 Disposições finais e transitórias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

5.5 Deverão ser abordados, estudados e incluídos os conceitos de Cidade Saudável, principalmente os constantes do documento Healthy Cities - 2017, de Evelyne de Leeuw e Jean Simos, que reúne e atualiza os objetivos de desenvolvimento saudável da Declaração do Milênio - 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Agenda 2030: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Política Nacional de Promoção da Saúde, da Lei Orgânica da Saúde e da Carta de Ottawa;

5.6 A identidade própria de Cerqueira Cesar deverá nortear o processo de Elaboração do Plano Diretor e ser incorporada na nova Legislação, com o objetivo de manutenção e reconhecimento das características e memórias únicas da cidade e de sua população, favorecendo a aplicação do conceito “placemaking”, de valorização do espaço público e coletivo. A identidade será aplicada nas diretrizes de desenvolvimento do espaço físico do município e no desenvolvimento do Turismo, principalmente;

5.7 Durante o processo de elaboração, deverá ser estudada a viabilidade e, se aplicável, a forma de implantação e de exigência de Estudo e/ou Relatório de Impacto Viário, de Vizinhança e Ambiental e especificados os consequentes mecanismos de gestão destes documentos para empreendimentos que causem algum impacto no território municipal;

5.8 Os temas acima mencionados a serem desenvolvidos podem ser reorganizados de acordo com a compatibilidade de ações estipuladas durante o processo, porém todos devem ser incluídos no Plano Diretor;

5.9 As diretrizes definidas devem ter mecanismo de aplicação no próprio Plano Diretor e, quando não for possível, deve ser prevista a forma de regulamentação;

5.10 Deverá ser previsto prazo máximo para a Revisão do Plano Diretor e penas em caso de descumprimento, inclusive suspensão de licenciamentos de empreendimentos.

6 EQUIPE

6.3 A composição da Equipe de Trabalho será, no mínimo: 1 coordenador, 1 arquiteto e urbanista, 1 profissional ou estagiário para elaboração de atas e alimentação dos meios de comunicação, 1 profissional para coordenar as reuniões participativas e eventuais profissionais que se fizerem necessários para completar os produtos descritos neste Termo de Referência com qualidade técnica e no prazo estipulado;

6.4 O Coordenador da Equipe deverá apresentar pelo menos um Acervo Técnico de serviço compatível com o objeto descrito neste Termo de Referência.

7 PRAZO

O prazo previsto para a elaboração das atividades descritas acima é de 06 (seis) meses.

8 PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período conforme interesse entre as partes até o limite permitido em lei

9 FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo a primeira parcela realizada em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

10 CONDIÇÃO ESPECIFICA PARA PARTICIPAÇÃO

Apresentação em nome da licitante, e de seu(s) responsável(veis) de atestado(s) registrado(s) no CREA ou CAU comprovando a elaboração de Plano Diretor Urbano, em conformidade com a Lei do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.3 A Prefeitura Municipal se encarregará das redações finais das minutas das leis relacionadas no item 1 do este Plano de Trabalho, a partir dos relatórios técnicos desenvolvidos e entregues pela contratada;

11.4 Será fornecido pela Prefeitura Municipal:

11.4.2 Acompanhamento jurídico das Audiências Públicas;

11.4.3 Levantamento georreferenciado de todo o território Municipal;

11.4.4 Impressão de banners, mapas, cartilhas para acompanhamento das reuniões públicas.

11.5 É de responsabilidade do contratado:

11.5.2 Equipamento de trabalho: computadores, softwares e outros equipamentos necessários ao andamento dos trabalhos e desenvolvimento do objeto, inclusive transporte;

11.5.3 Elaboração e diagramação de mapas e de material de divulgação e de apoio a todas as etapas de desenvolvimento;

11.5.4 Fornecer à Prefeitura todos os mapas de levantamentos e elaborados ao longo do processo em formatos editáveis: no mínimo, dwg e SIG.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O fundamento da presente contratação está no documento de formalização da demanda

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Diretor Urbano e de seus instrumentos complementares têm como objetivo definir a política municipal de desenvolvimento e ordenamento territorial, de acordo com o que preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Este conjunto de leis municipais devem ter a função de garantir o direito à cidade sustentável por todos os habitantes, promover a gestão democrática através da constante participação da sociedade civil, viabilizar acordos entre todos os setores da sociedade para atender o interesse social, corrigir e evitar desigualdades e desequilíbrios sociais, ambientais e territoriais, ofertar equipamentos e serviços públicos em quantidade e qualidade satisfatórios e regular e controlar o uso do solo urbano e rural, garantindo o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Habilitação Jurídica

Registro Comercial, no caso de empresa individual

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em Vigor (Consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Regularidade perante a Fazenda Federal;

Regularidade perante a Fazenda Estadual;

Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

Habilitação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Apresentação em nome da licitante, e de seu(s) responsável(veis) de atestado(s) registrado(s) no CREA ou CAU comprovando a elaboração de Plano Diretor Urbano, em conformidade com a Lei do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Certidão de Registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CRE ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU;

FISCAL DO CONTRATO

O fiscal do contrato será o Sr. Jorge Aparecido Lopes, Secretário de Governo e Administração e solicitante do processo, o qual contará com o auxílio dos seguintes funcionários que acompanharão todo o processo:
Marcelo Rodrigues Negrão – Secretaria de Meio Ambiente
Roggero da Silva Bolda Sbalchiero Rizzato – Procuradoria Jurídica
Luiz Fernando Aparecido Ribeiro – Engenheiro Civil

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Por ser somente um item, o critério de julgamento da licitação vai ser por menor preço global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será de acordo com os orçamentos realizados pelo Departamento de Compras

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Devido a economicidade, foi definido que será utilizado a modalidade Pregão Eletrônico

PRAZO DE VIGÊNCIA

o contrato deverá ter vigência de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite permitido em lei.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão realizados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo a primeira parcela realizada em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato.

A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas deverão ser empenhadas na Ficha Orçamentária 18 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades

I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou II.o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

- I. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
- II. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- I. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou II. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim. III. ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

Cerqueira César, 29 de maio de 2024.

JORGE APARECIDO LOPES
SECRETÁRIO DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/24

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI, A PREFEITURA DE CERQUEIRA CÉSAR E A EMPRESA _____

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Cerqueira César, Estado de São Paulo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR**, entidade de direito público interno, com sede à Rua Olimpio Pavan nº 290, inscrita no CNPJ nº 46.634.184/0001-42, neste ato representada pelo Sr. **JORGE APARECIDO LOPES**, brasileiro, Secretário de Governo e Administração, portador de Cédula de Identidade **RG nº 21.360.828-5-SSP/SP**, inscrito no **CPF/MF nº 132.636.038-84**, residente e domiciliado nesta cidade de **Cerqueira César-SP**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, cadastrada no CNPJ nº _____/____-__ e Inscrição Estadual _____, com sede na _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____/__, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____-__, residente e domiciliado(a) na _____ nº _____, na cidade de _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, sob a disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021 e na presença das testemunhas abaixo, ajustaram e contrataram o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Nos termos do **Pregão Eletrônico nº 066/24 – Processo Licitatório nº 110/24**, de **12 de agosto de 2024**, fica a empresa _____ para Contratação de empresa especializada para realização de levantamentos, estudos, diagnósticos, prognósticos, proposições, cenários, soluções públicas que componham embasamento técnico para elaboração do Plano Diretor de Cerqueira César.

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor total Global

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas nas seguintes dotações orçamentárias:

02.02.01 – Serviços Administrativos Gerais

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS

A contratada ratifica sua sujeição a todas as exigências do Edital de **Pregão Eletrônico nº 066/24**, que constitui parte integrante deste contrato, juntamente com a proposta vencedora, exceto no que esta última vier a contrariar as normas especificadas nos instrumentos da contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor global do contrato e de **R\$ _____ (_____)**, sendo o valor unitário do item conforme Cláusula Primeira do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo a primeira parcela realizada em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: **Referente ao Pregão Eletrônico nº 066/24 – Processo nº 110/24.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

5.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas a Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.3. As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço: notasfiscais@cerqueiracesar.sp.gov.br, excetuando os casos em que não há a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal eletrônica.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. prazo de vigência e execução do contrato: 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme permitido em lei.

6.2. das condições de pagamento: Os pagamentos serão realizados em 06 (seis) parcelas mensais, sendo a primeira parcela realizada em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: **Referente ao Pregão Eletrônico nº066/24 – Processo nº110/24.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades

- I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
- II. o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

II. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou II. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim. III. ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos. Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada a empresa contratada a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do **Pregão Eletrônico nº 066/24 – Processo nº 110/24** a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto inicial até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

10.2. O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do **IGP-M/FGV** (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

No caso de extinção ou substituição do índice IGP-M, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

Elaboração de Plano de Trabalho e Levantamento de Dados

Após a assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar o detalhamento do plano de trabalho e cronograma de execução dos serviços, com duração e datas que deverão conter todas as etapas a serem desenvolvidas e equipe responsável e deverá ser aprovado pela Prefeitura Municipal;

Formação do Comitê Gestor com participação da sociedade civil, prefeitura, empresa contratada e outros, que fará acompanhamento mensal do trabalho desenvolvido;

Levantamento e avaliação da legislação urbanística atual, legislações pertinentes, planos setoriais, mapas e demais elementos relevantes de interesse com análise crítica que vise a elaboração do plano e ainda a caracterização dos equipamentos públicos e de infraestrutura existente no município;

Definição da Estratégia de Comunicação e canais de participação. No mínimo, deverá ser criada página de acesso em rede social de grande alcance para alimentação ao menos uma vez na semana - com notícias do andamento da Elaboração do Plano Diretor, informações sobre Cerqueira Cesar ou artigos técnicos relacionados aos temas discutidos no processo - e página vinculada ao site da Prefeitura de Cerqueira Cesar para disponibilização de todo o material produzido. Ao menos uma vez por mês deverá ser publicada matéria em Jornal local informando o andamento da Elaboração e divulgando as reuniões públicas. As reuniões públicas, por sua vez, deverão ser divulgadas através de folder disponibilizado em todos os meios citados, de folders impressos dispostos em locais de grande movimentação, de carro de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

som e de ofícios para autoridades. As cartilhas de apoio técnico às reuniões públicas deverão ser disponibilizadas nos meios eletrônico e impresso para acompanhamento das reuniões.

Produto a entregar - Relatório R1 - Plano de Trabalho e atividades desenvolvidas, contendo a base de dados coletados e analisados e a estratégia de comunicação a ser implementada, incluindo atas e fotografias de todas as reuniões, divulgação produzida e cartilha de apoio.

Mobilização e engajamento da sociedade civil

Identificação dos segmentos da sociedade civil;

Ciclo de palestras e debates públicos - ao menos três – formação de repertório, preparação e mobilização da sociedade para a participação e discussão do projeto de cidade. A CONTRATADA, junto à Prefeitura, definirá temas a serem discutidos e em que locais serão realizadas (bairros, segmentos da sociedade, etc);

Pesquisas preliminares e questionários aplicados em pontos estratégicos – expectativas da população;

Elaboração de material de apoio;

Comunicação e divulgação.

Produto a entregar -: Relatório R2 - atividades desenvolvidas contendo todos os documentos produzidos.

Leitura Técnica – e Leitura Comunitária

Leitura Técnica

Em complemento aos dados levantados e vistorias de reconhecimento territorial a serem realizadas pela CONTRATADA deverá ser elaborado um Diagnóstico do município, apontando as potencialidades e deficiências nos seus aspectos urbanísticos e de infraestrutura, culturais, socioeconômicos e ambientais;

Deverá incluir a preparação da base técnica e síntese dos dados – mapas, imagens, planilhas, gráficos;

A leitura técnica deverá identificar as possíveis diversidades, desigualdades entre os diversos bairros do município;

Identificar e relacionar terras disponíveis para habitação e possibilidade de acessos a ela;

Identificar e relacionar áreas de vulnerabilidade e preservação ambiental e cultural;

Documentos de apoio.

Produto a entregar -: Relatório R3 - Leitura Técnica e base de dados, contendo todos os documentos produzidos.

Leitura Comunitária

Realização de oficinas participativas com a sociedade civil:

Levantamento e mapeamento de problemas e oportunidades (o olhar do cidadão sobre o município);

Apresentação e debates sobre os dados da Leitura Técnica;

Análise e sistematização dos dados – síntese da leitura comunitária;

Compatibilização da Leitura Comunitária com a Leitura Técnica.

Produto a entregar - Relatório R4 - Leitura comunitária, com todos os documentos produzidos, e compatibilização com a Leitura Técnica.

Proposta Preliminar de Plano Diretor

Análise e identificação das tendências de desenvolvimento local e regional;

Elaboração de projeções demográficas de forma a subsidiar a elaboração de programas e projetos;

Mapeamento de conflitos possíveis;

Proposição de cenários e diretrizes gerais para pactuação;

Proposição de soluções possíveis para os problemas e oportunidades levantados nas Leituras Técnica e Comunitária (instrumentos, modelos, parâmetros e normas);

Proposta de Plano Diretor: diretrizes para embasar a redação, de responsabilidade da contratante, da Minuta do Projeto de Lei, que deverá apresentar o conteúdo descrito no item 5 deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Produto a entregar - Relatório R5 - Atividades desenvolvidas e documentos produzidos, inclusive todas as diretrizes que pautarão a redação Projeto de Lei, sendo a redação do Projeto de responsabilidade da contratante.

Reuniões Públicas de Pactuação da Proposta de Plano Diretor

Disponibilização da Proposta de Plano Diretor para consulta pública e definição de prazos para sugestões;

Reuniões preparatórias entre Prefeitura e empresa contratada e divulgação das Reuniões;

Reuniões públicas setoriais para apresentação da Proposta de Plano Diretor;

Pactuação de princípios e diretrizes;

Pactuação das soluções possíveis (instrumentos, modelos, parâmetros e normas);

Levantamento de pontos de conflito, ajustes e rearranjos necessários.

Produto a entregar - 6ª medição de serviços: Relatório R6 - Atividades com todos os documentos produzidos e síntese das contribuições da sociedade civil.

Proposta Consolidada do Plano Diretor e Audiência Pública

Consolidação da Proposta de Plano Diretor e Leis Complementares listadas no item 1 do presente Termo de Referência;

Disponibilização do material para consulta pública;

Audiência Pública como forma de divulgação e democratização do acesso ao processo;

Envio do Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Produto a entregar - 7ª medição de serviços: Relatório R7 – roteiro de diretrizes para a redação do Projeto de Lei e todos os documentos produzidos.

O Plano Diretor Urbano de Cerqueira Cesar deverá contemplar o desenvolvimento Urbano e Rural em todas as suas etapas e temáticas;

O Projeto de Lei de Elaboração do Plano Diretor deverá conter, no mínimo, todas as diretrizes previstas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e o seguinte:

Definição de conceitos;

Princípios, diretrizes e objetivos;

Normativas de estruturação e ordenação territorial; estratégias para garantir o desenvolvimento equilibrado nas dimensões: social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural; diretrizes para o desenvolvimento inteligente, otimizando recursos e infraestrutura;

Elaboração de diretrizes para Políticas Públicas temáticas:

Desenvolvimento Sustentável Urbano;

Turismo;

Desenvolvimento Agrícola, Agroindustrial e Tecnológico;

Mobilidade;

Meio Ambiente e Áreas Verdes;

Saneamento, Sistema de Infraestrutura e Equipamentos Públicos Urbanos;

Desenvolvimento Social e Equipamentos Públicos Comunitários, quais sejam: equipamentos de saúde, de educação, de segurança, de esporte, entre outros;

Habitação;

Identificação e proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural e Paisagístico;

Integração Regional;

Diretrizes e estratégias de Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e da Paisagem Urbana e normas para Edificações, com o objetivo de orientar a Revisão das Leis de Parcelamento do Solo, Código de Obras, e de promover, entre outros temas, a Regularização Fundiária de parcelamentos irregulares e a regulamentação para Condomínios;

Diretrizes e estratégias para orientar a revisão do Código de Posturas (Lei nº 1530/2007);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

O desenvolvimento do tema Meio Ambiente e Áreas Verdes deverá conter, entre outras, diretrizes e estratégias para orientar a Elaboração da Lei do Meio Ambiente ;

Definição e estratégias de desenvolvimento de áreas consolidadas e de áreas de expansão, inclusive elaboração de regras específicas para ampliação do perímetro urbano;

Diretrizes para revisão do sistema cadastral atual no cadastro, inclusive com revisão da definição de nomes de bairros e ruas/estradas;

Diretrizes e estratégias para garantir que todo o território municipal cumpra sua função social;

Mecanismos e estratégias de aplicação de instrumentos urbanísticos para viabilizar o desenvolvimento estrutural do município;

Mapas e descrições de áreas locadas no território geometricamente dos objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação de instrumentos:

Macrozonas e Macroáreas;

Áreas e Setores;

Zona Urbana;

Todas as localizações das propostas desenvolvidas ao longo do processo de elaboração

Lista de anexos, que deverão ser referenciados nos artigos da Lei;

Diretrizes para a gestão democrática do desenvolvimento da cidade e para o planejamento urbano;

Diretrizes para monitoramento, controle social, disponibilização de informações e avaliação do Plano Diretor;

Disposições finais e transitórias.

Deverão ser abordados, estudados e incluídos os conceitos de Cidade Saudável, principalmente os constantes do documento Healthy Cities - 2017, de Evelyne de Leeuw e Jean Simos, que reúne e atualiza os objetivos de desenvolvimento saudável da Declaração do Milênio - 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Agenda 2030: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Política Nacional de Promoção da Saúde, da Lei Orgânica da Saúde e da Carta de Ottawa;

A identidade própria de Cerqueira Cesar deverá nortear o processo de Elaboração do Plano Diretor e ser incorporada na nova Legislação, com o objetivo de manutenção e reconhecimento das características e memórias únicas da cidade e de sua população, favorecendo a aplicação do conceito “placemaking”, de valorização do espaço público e coletivo. A identidade será aplicada nas diretrizes de desenvolvimento do espaço físico do município e no desenvolvimento do Turismo, principalmente;

Durante o processo de elaboração, deverá ser estudada a viabilidade e, se aplicável, a forma de implantação e de exigência de Estudo e/ou Relatório de Impacto Viário, de Vizinhança e Ambiental e especificados os consequentes mecanismos de gestão destes documentos para empreendimentos que causem algum impacto no território municipal;

Os temas acima mencionados a serem desenvolvidos podem ser reorganizados de acordo com a compatibilidade de ações estipuladas durante o processo, porém todos devem ser incluídos no Plano Diretor;

As diretrizes definidas devem ter mecanismo de aplicação no próprio Plano Diretor e, quando não for possível, deve ser prevista a forma de regulamentação;

Deverá ser previsto prazo máximo para a Revisão do Plano Diretor e penas em caso de descumprimento, inclusive suspensão de licenciamentos de empreendimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

12.1. Assegurar à CONTRATADA o recebimento dos créditos decorrentes do adimplemento de suas obrigações;

12.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

12.3. Aplicar a empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

12.4. Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do objeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

12.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

12.6. Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção.

12.7. Informar a contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após o recebimento e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

12.8. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e as condições necessárias à plena execução do objeto do presente ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

O gestor deste contrato será o Secretário de Governo e Administração, Sr. Jorge Aparecido Lopes, solicitantes do objeto referente a esta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Este termo contratual fica vinculado ao edital de licitações referente ao **Pregão Eletrônico nº 066/24– Processo nº 110/24.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A empresa contratada fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cerqueira César, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Prefeitura de Cerqueira César, __ de _____ de 2024.

JORGE APARECIDO LOPES

SECRETÁRIO DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____
RG _____ RG _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO 04 – MODELO DE CARTA PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO EDITAL.

À

Prefeitura Municipal de Cerqueira César.

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO N° 066/24-Processo nº 110/24**

Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZAO SOCIAL:

CNPJ e INSCRICAO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF/MF:

ENDERECO e TELEFONE:

AGENCIA e N° DA CONTA BANCÁRIA:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

E-MAIL PESSOAL:

CONDIÇÕES GERAIS:

2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2.2. A proposta deverá ser apresentada de com o valor global do objeto.

3. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de levantamentos, estudos, diagnósticos, prognósticos, proposições, cenários, soluções públicas que componham embasamento técnico para elaboração do Plano Diretor de Cerqueira César:

a) prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de entrega da mesma;

b) das **condições de pagamento**: os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a prestação do serviço.

c) do **prazo de vigência e execução do contrato**: 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme permitido em lei.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Local, data e Assinatura do responsável (Nome, RG, CPF/MF, Cargo, e-mail institucional e e-mail pessoal).

OBSERVAÇÃO:

- O frete deverá estar incluso, o objeto deverá ser entregue na cidade de Cerqueira César, Estado de São Paulo.